

INTERFACES ENTRE ESTADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM BAIRRO DE PERIFERIA URBANA

Diogo Marques **Tafari**¹

Introdução

Entre idas e vindas, erros e acertos, imersões e emersões, as experiências de vida(s) apresentadas a seguir na forma de pesquisa científica foram possíveis de serem vividas e experimentadas a partir de meu trabalho temporário, realizado entre os anos de 2008 e 2011, enquanto técnico de nível superior da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), mais especificamente de minha atuação profissional junto à Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP/UFSCAR, atividade que veio a requerir minha aproximação junto às pessoas moradoras de uma região periférica da cidade de São Carlos/SP e a inserção em parte da cotidianidade dos acontecimentos históricos vividos por ela. No bojo de minha atuação profissional no “Gonzaga”, ou, mais especificamente, a partir de meu trabalho de fomento à criação e consolidação de iniciativas de Economia Solidária neste bairro, o qual posteriormente veio se restringir ao apoio à constituição do *Banco Comunitário Nascente*², pude gradativamente refletir (sobre) e problematizar minhas próprias ações, posturas, palavras, bem como tal maneira de ser e estar no mundo se relacionava com o ambiente e com as pessoas da localidade com quem eu tive a oportunidade de conviver no desenrolar deste trabalho. De outro modo, quanto mais ampliava o movimento de inserção crítica naquela realidade histórico-social específica, deixando-me envolver de modo crescente com as demandas, ações e discursos dos próprios moradores do “Gonzaga”, os quais iam emergindo durante o decorrer do processo de análise de viabilidade da implantação do banco comunitário, maior era a possibilidade de vivenciar os acontecimentos cotidianos do bairro e compreender alguns aspectos relacionados à complexa gama de relações sociais e políticas estabelecidas entre os diferentes atores - internos e externos - que ali atuavam: universidade, igreja católica, polícia, poder público, tráfico de drogas, cooperativas, associação de moradores, imprensa, ministério público do trabalho.

1 Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

2 O Banco Comunitário Nascente abriu suas portas ao público pela primeira vez no dia 25 de junho de 2012, com o objetivo de oferecer à população de um bairro empobrecido serviços financeiros comunitários a baixo custo e de forma participativa, visando estimular o desenvolvimento da economia local. Foi a primeira iniciativa de Economia Solidária desta natureza do interior do estado de São Paulo.

Uma combinação complexa e específica de práticas, mediações, condicionantes e condicionalidades históricas, engendradas por atores sociais situados no tempo e no espaço, concorreu para que a inauguração deste banco comunitário ocorresse neste bairro reconhecido entre seus moradores como "Gonzaga", localizado na periferia do município de São Carlos/SP. Assim como toda a história de apropriação e produção deste espaço urbano do município, sua trajetória de *favela a bairro de periferia* (Rosa, 2008), o processo de constituição do Banco Nascente foi permeado pela atuação de atores de dentro e de fora do próprio território, em arranjos que configuraram mutuamente as possibilidades de ação de tais atores e, por conseguinte, do próprio êxito das estratégias postas em prática tendo em vista a consecução de seus objetivos específicos. Neste sentido, a intenção do presente artigo, desenvolvido metodologicamente por meio de uma pesquisa participante, foi desvelar as interfaces existentes entre o processo de constituição e fomento à iniciativas de Economia Solidária no "Gonzaga", promovido a partir de 1999 pela INCOOP/UFSCAR, e as ações de natureza multifacetada empenhadas pelo Estado e interferentes de modo direto ou indireto na vida dos moradores do bairro, relacionadas neste caso à atuação estatal enquanto comprador público de bens e serviços econômicos; regulador público da ordem legal e jurídica do regime democrático constitucional e promotor de políticas públicas setoriais de interesse social.

O texto está organizado em seis partes distintas: além desta introdução (I), discorreremos primeiramente sobre as implicações metodológicas de uma pesquisa participante (II), para em seguida discutirmos a história da constituição do "Gonzaga" enquanto bairro periférico do município de São Carlos/SP (III), o contexto de realização das práticas de Economia Solidária no território (IV), a natureza multifacetada da ação estatal nas práticas políticas e econômicas empenhadas por seus moradores (V) e, por fim, a guisa de conclusão, realizaremos algumas considerações finais sobre os processos de gestão social evidenciados no bairro do "Gonzaga" durante o período abarcado pela investigação (VI).

Implicações metodológicas de uma pesquisa participante

A escolha de uma metodologia de pesquisa científica depende, fundamentalmente, da disposição do pesquisador ou da pesquisadora em percorrer certo caminho

epistemológico e metodológico que permita a ele(a) a compreensão de aspectos da realidade mundana problematizados por suas questões de investigação. Em nosso entendimento, a preferência por uma ou outra forma de construção do conhecimento, assim como a possibilidade do surgimento das questões de pesquisa e a maneira como tal conhecimento se relacionará com o contexto histórico-cultural em que foi produzido, estão intimamente imbricados com a natureza da sociedade experienciada pelos sujeitos no bojo da diversidade e complexidade da realidade concreta e simbólica da vida cotidiana. Dependem, deste modo, tanto da maneira com que estas realidades mundanas se manifestam (na totalidade de sua estrutura e dinâmica) aos diversos sujeitos em tempos e espaços distintos, como das diferentes formas com que estes compreendem e significam a realidade, agindo perante ela. Se pensarmos desta forma, perceberemos que:

Durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja, de sua subjetividade. Que entre que pesquisa e quem é pesquisado não exista senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado) (Brandão, 1987: 07).

A pesquisa participante surge no contexto de América Latina durante as décadas de 1960 e 80, a partir de uma série de experiências empreendidas por pesquisadores e militantes políticos no interior de processos e ações de transformação social emergentes, postos em marcha por grupos populares e movimentos sociais urbanos ou rurais. Por se tratarem de experiências de pesquisa e intervenção notoriamente diversas e plurais (inclusive na nomenclatura utilizada para sua designação³), tais práticas “[...] se originam e re-elaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica”, não havendo, portanto, “[...] um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante” (Brandão; Borges, 2007:53). No decorrer da década de 1980, as duas coletâneas de textos organizadas por Carlos Rodrigues Brandão (1985; 1987) cumpriram o papel pioneiro de reunir e sistematizar uma parte das experiências de pesquisa participante empreendidas na América Latina e na Europa, permitindo a emergência de um debate teórico-metodológico mais consistente.

3 Além de “pesquisa participante”, outros termos foram cunhados para se referir às tais práticas de pesquisa: “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “auto diagnóstico”, “investigação ação participativa” (Brandão; Borges, 2007: 53).

De um modo geral, segundo Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges (2007), as experiências de pesquisa participante são compreendidas como “[...] um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (p. 53), possuindo para os autores os seguintes princípios comuns: a) Possui compromisso político-ideológico com as causas dos grupos oprimidos e movimentos sociais e, portanto, com a participação em ações populares que apontem à transformação social; neste sentido, a pesquisa é tomada inexoravelmente enquanto práxis, em sua unidade dialética entre teoria e prática; b) Tem seu ponto de origem na relação que estabelece com uma perspectiva situada da realidade social e histórica, ou seja, ela necessariamente deve tomar como base de seu trabalho as experiências de vida cotidianas de seus participantes, sem deixar de relacioná-las com a totalidade da vida social e de situá-las historicamente; c) Problematisa as relações estabelecidas entre sujeitos e objetos de pesquisa, buscando transformá-las gradualmente em relações entre sujeitos por meio da promoção, de diferentes formas e níveis, da participação popular no processo de investigação. Isto implica necessariamente o reconhecimento, por parte dos pesquisadores acadêmicos, dos diferentes saberes constituídos enquanto formas igualmente legítimas de construção do conhecimento, visto que:

[...] a pesquisa participante e o texto que dela deriva, produzindo efeitos de reconhecimento e desconhecimento de lugares de identidade e alteridade, produzem, também, efeitos de conhecimento no par pesquisador/interlocutor, efeitos de conhecimento de si, do outro e do processo de constituição do encontro etnográfico, bem como de sua função ou utilidade para ambos (Schmidt, 2006: 29-30).

Partilhamos do entendimento de que a relação estabelecida entre diferentes sujeitos no bojo de uma pesquisa participante, expressa na construção de um conhecimento crítico que advém do encontro de subjetividades e do exercício de intersubjetividade, deve implicar necessariamente a busca pela construção e consolidação de relações dialógico-comunicativas⁴. Tais relações encontram terreno fértil para se desenvolverem no decorrer do próprio processo de pesquisa e intervenção,

4 Segundo Paulo Freire (2006), “A comunicação [...] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo (p. 67).

vivenciado a partir de uma “[...] cuidadosa e paciente inserção dos pesquisadores na comunidade, na instituição, no espaço social, num conviver, realizado em interação e confiança” (Oliveira et al, 2009: 10). É por isto que, a nosso ver, uma das condições essenciais para que o diálogo possa ocorrer de modo a propiciar a efetiva aproximação entre sujeitos, seja a disposição mútua de acolhimento e respeito presentes nas posturas e atitudes desempenhadas por cada um dos polos da relação comunicativa. Neste sentido, em acordo com Maria Luiza Schmidt (2006):

A composição de saberes, a construção de interpretações, a transposição de distâncias sociais, culturais e psicológicas que o diálogo pode produzir dependem das posições dos protagonistas da pesquisa: transformação e confrontação de identidades e alteridades no interjogo de diferenças são a atmosfera do diálogo. Estas posições resultam da negociação de atitudes e valores e das relações de poder envolvendo a distribuição democrática dos lugares de escuta, fala e ação no decorrer da pesquisa de campo, as formas de apropriação e destinação do saber elaborado e a apreciação de efeitos de dominação e de emancipação do conhecimento e sua divulgação (p. 36).

Procedendo de modo a negar a possibilidade de separação entre sujeito e objeto de pesquisa, as pesquisas participantes realizadas num contexto marcado por forte hierarquização social também podem vir a contribuir criticamente com questões relacionadas à dimensão ética e política das pesquisas de campo, pois reconhece que em qualquer interação mediadora entre sujeitos “[...] há um campo complicado de conflitos e resistência, que se expressa através da educação. Que se expressa também através de símbolos, de estruturas de relação, de situações práticas e de processos que têm a ver com a reprodução do saber” (Brandão, 1984: 174).

A constituição do “Gonzaga” enquanto bairro de periferia

A despeito das especificidades inerentes ao processo de urbanização ocorrida nos municípios do interior do estado de São Paulo, intensificado de maneira especial a partir do final da década de 1970, pode-se constatar a existência de alguns aspectos uniformes com relação à dinâmica de produção do espaço urbano própria das grandes cidades brasileiras, principalmente no que se refere ao padrão periférico de urbanização marcado pela segregação sócio espacial. No caso de São Carlos, segundo Rosa (2008):

Já na década de 1940, um espaço destinado aos trabalhadores pobres se conformara na região sul da cidade, em descontinuidade com a malha urbana central, a partir do

marco espacial definido pela linha férrea e pela estação ferroviária. Essa região se consolidará, ao longo da segunda metade do século XX, como uma grande área de expansão urbana periférica, com a abertura de inúmeros loteamentos – regulares ou irregulares – destinados aos trabalhadores urbanos de baixa renda de São Carlos (p. 46).

Será no contexto de produção e ocupação destas áreas destinadas às classes populares trabalhadoras que surgirá no final da década de 1970, no município de São Carlos, a "favela do Gonzaga", bairro que nasce como uma ocupação irregular de terras adjacentes aos loteamentos populares destinados aos trabalhadores urbanos e que se constitui historicamente enquanto alternativa de moradia para algumas famílias empobrecidas – a maior parte delas migrantes⁵ - que não haviam conseguido se estabelecer no “crescente polo industrial local” são-carlense. A medida que este processo de ocupação avança e se intensifica de modo bastante precário ao longo dos anos 1980-90, dada a completa inexistência local de infraestrutura urbana, o “Gonzaga” emerge ao debate público enquanto uma questão social fundamental a ser enfrentada pelo governo municipal, o qual inicia a partir de então uma série de intervenções urbanísticas visando resolver, segundo Magaly Marques Pulhez e Rosa (2007), o “problema” da “favela do Gonzaga”:

[...] em um primeiro momento através de ações pontuais que só fizeram ampliar o processo de favelização da ocupação (instalação de torneiras públicas e postes de iluminação nos limites da favela com os bairros do entorno); em seguida, com uma iniciativa que visava à “erradicação” da favela, apenas parcialmente implementada (realização de um mutirão habitacional em parceria com o Governo do Estado, que removeu parte dos moradores da favela); e, já no início da década de 1990, através da “urbanização” – realizada “em tempo recorde” – da “Favela do Gonzaga”, que passaria a se chamar “Jardim Gonzaga” (p. 11).

Desde as primeiras ocupações populares das encostas situadas nas imediações do Jardim Pacaembu, um dos bairros limítrofes do "Gonzaga", ocorridas a partir de 1976, os moradores desta comunidade se acostumariam a enfrentar em seu cotidiano “[...] o universo de incertezas, inseguranças e arbitrariedades que constitui o processo histórico de produção do ‘Gonzaga’ desde suas origens” (Rosa, 2008: 160). Neste sentido, de acordo com a autora, combinaram-se de modo bastante imbricado alguns mecanismos populistas e clientelistas de manipulação política, colocados em funcionamento pelo

5 “A São Carlos de meados da década de 1970, então uma promissora cidade em razão da crescente industrialização do estado, atraía tanto famílias excluídas do campo pelo processo de mecanização da agricultura, como outras vindas da metrópole, de diversas cidades do próprio estado e do país” (Rosa, 2008: 48).

poder público municipal, e as diversas formas de resistência popular, manifestadas ora de maneira politicamente organizada⁶ (como a reivindicação ocorrida no início da década de 1980 visando a instalação de torneiras públicas na comunidade, ou a mobilização de 1987, que culminou na constituição de uma “comissão de bairro”, e que propunha apresentar contrapropostas à proposta do governo municipal para a “erradicação” da favela por meio da construção de casas populares via mutirão), ora de modo ordinário, a partir da “[...] criação de novas formas de gerir e rearranjar coletivamente aquele espaço pelo estabelecimento de uma ordem própria, forjada frente às necessidades cotidianas dos moradores” (Rosa, 2008: 193).

Entre a conquista de direitos e a concessão de favores e benfeitorias por parte do Estado, forjou-se historicamente uma disputa mais ou menos conflituosa entre os interesses próprios dos moradores do “Gonzaga” e as providências tomadas por parte da prefeitura municipal em relação ao suprimento de infraestrutura urbana básica, as quais eram especialmente acionadas pelos políticos locais em época de eleição municipal ou por ocasião do surgimento de algum fato político de relevância. Mais do que isso, a forma como a questão da “primeira favela de São Carlos” (Rosa, 2008: 69) emerge ao debate público acabaria por conformar uma representação demasiadamente estigmatizada acerca dos modos de vida levados a cabo pelos “favelados” em suas práticas cotidianas:

Ilegalidade, promiscuidade, incivilidade, carência: essas representações sobre a Favela surgidas no fim da década de 1970 na cidade serão a raiz dos estigmas pelos quais o local será encarado ao longo desses quase trinta anos, desde sua “descoberta oficial”. Ainda que contraditórias ou ambíguas em alguns momentos, de forma geral, as representações que se estabeleciam nesse momento convergem no que diz respeito ao significado do aparecimento dessa primeira favela em São Carlos: ela seria, além de um “problema social”, uma “vergonha para a cidade” (Rosa, 2008: 168).

Historicamente, esta representação simbólica criada a partir de uma visão homogênea e estigmatizada, por parte da opinião pública, sobre os territórios situados em periferias urbanas, tendeu a reduzi-los no imaginário social a regiões intrínseca e inexoravelmente pobres, criminosas, imorais. Tal compreensão reverberou e se

⁶ “Obviamente, a organização dos moradores, em uma cidade onde não havia tradição movimentista e onde a relação com o poder público, historicamente, dava-se sob bases clientelistas, como já visto, não ocorreu de forma fácil. Tantas haviam sido as incursões pontuais do poder público na Favela, que os moradores não acreditavam que sua urbanização pudesse realmente acontecer, o que, segundo Diva, desmotivava-os a participar” (Rosa, 2008: 118).

reproduziu ao longo do tempo de modo amplo no imaginário social, passando a ser gradualmente confundida com a dimensão histórica e concreta dos problemas efetivos com os quais os moradores de bairros periféricos, tal qual o "Gonzaga", deparam-se em seu cotidiano e se veem impelidos a conviver e a enfrentar. Se, inicialmente, no caso específico deste bairro, tais representações estiveram originalmente relacionadas com a ilegalidade da ocupação daquele território e com "[...] uma ideia principal, de promiscuidade e ausência de 'civildade', associadas à questão da higiene" (Rosa, 2008: 67), ou seja, com a tradução da questão relativa à precariedade do acesso à infraestrutura urbana em um problema relativo às características pejorativas e iminentes à condição de pobreza, a partir da urbanização relativa do bairro no início da década de 1990 e da consolidação do tráfico de drogas no local no final do mesmo período, o "Jardim Gonzaga" passaria a ser representado, no âmbito público, sob "[...] a ideologia pública da 'criminalização' das periferias e das favelas" (Feltran, 2011: 315), atrelada à expansão do "mundo do crime". A expressão "mundo do crime" é cunhada por Feltran (2011) para designar a emergência e expansão de tal fenômeno nos bairros de periferia urbana e a correlata expansão do "marco discursivo do crime", o que teria implicado tanto uma disputa de espaço de legitimação nas relações sociais locais, como em um novo marco de disputa de legitimidade social no âmbito público. Neste sentido, a partir da década de 1990, o bairro do "Gonzaga":

[...] passaria a figurar com frequência na mídia local em função não apenas da intensificação das ocupações e das renovadas situações de risco e precariedade dela decorrentes, mas, principalmente, da sua criminalização, associada à presença do tráfico de drogas no local. O recém-criado "Jardim Gonzaga", embora urbanizado, permaneceria carregando o estigma de "favela", caracterizando-se ainda como um dos principais "problemas" da cidade (Rosa, 2008: 160-161).

No ano de 2001, a coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) assume, com a eleição de Newton Lima, o poder executivo municipal, acontecimento inédito na história de São Carlos. Já no início daquele ano, o governo petista realizou suas primeiras intervenções urbanísticas no "Gonzaga", inicialmente por meio da adoção de ações de caráter "emergencial", as quais tratariam da remoção - para outro loteamento periférico da cidade - de 19 famílias que possuíam suas casas em situação de risco⁷, e também da realização de projetos e obras pontuais de infraestrutura em duas regiões do

7 Tais casas estavam em situação de risco por estarem localizadas na encosta da bacia hidrográfica do Córrego do Rio Quente, denominado pelos moradores locais de "buracão" (Pulhez e Rosa, 2007).

bairro. No ano seguinte, o poder público municipal decidiu postular recursos financeiros frente ao Ministério das Cidades, por meio de sua participação no edital do Programa Habitar Brasil (HBB), tendo por objetivo a realização de uma intervenção urbanística de grande porte no bairro.

Com a aprovação e liberação de recursos concedida pelo Ministério das Cidades, inicia-se em 2003 a implantação do “Projeto de Urbanização Integrado – Gonzaga e Monte Carlo”, sob as normativas modelares do HBB (Pulhez e Rosa, 2007). No bojo de tal intervenção, ainda no ano de 2002, fora realizado na área de ação do referido projeto um diagnóstico socioeconômico e habitacional por parte de pesquisadores da UFSCAR, com o objetivo de “[...] subsidiar o planejamento das ações do Trabalho de Participação Comunitária⁸ e permitir a construção de indicadores a serem utilizados no trabalho de avaliação das ações realizadas” (Mancuso et al, 2002: 10). Os dados quantitativos e qualitativos oriundos deste estudo permitem que conheçamos de modo aproximado algumas das características do bairro do “Gonzaga” no início dos anos 2000:

- De acordo com a pesquisa, dos 1885 moradores da área entrevistados, distribuídos em 446 famílias, 49,1% eram homens e 50,9% mulheres, sendo 59,1% dos moradores constituída de pretos e pardos;
- Em relação à escolaridade, 35% das pessoas que moravam na região eram ou analfabetas, ou nunca foram à escola ou eram analfabetos funcionais (menos de 4 anos de escolaridade); à referida época, apenas 32,1% da população de 10 anos e mais frequentava a escola;
- Do total de moradores de 10 anos e mais, 44,4% eram inativos (não trabalham e tampouco procuravam trabalho); 10,4% eram desempregados abertos (não trabalhavam, mas procuravam trabalho na época) e 44,4% estavam ocupados (aqueles que disseram ter trabalhado nos últimos 7 dias), dentre os quais 37,4% trabalhavam enquanto prestadores de serviço e 18,8% na construção civil. As ocupações mais citadas entre as mulheres era a de empregada doméstica e faxineira e, entre os homens, servente de pedreiro e pedreiro. A taxa de desemprego aberto (calculada em relação à população economicamente ativa, ou seja, considerando-se apenas os ocupados e desempregados) era, em 2002, de 18,9%;
- Em relação à renda, 17,7% não recebiam ao menos um salário mínimo por mês; 66,8% possuíam renda de até 3 salários mínimos, e a renda média familiar era de 2,6 salários mínimos mensais;
- Os problemas do bairro mais apontados pelos moradores estavam relacionados à infraestrutura urbana, tais como asfalto e esgoto (49%), escassez de equipamentos sociais (8%), tráfico de drogas (8%) e violência (7%).

Os dados pertencentes ao relatório qualitativo anexado à pesquisa confirmam as

8 Para melhor detalhamento acerca do formato normativo do Programa Habitar Brasil e de suas contingências de implementação, ver discussão realizada por Pulhez e Rosa (2007), a partir de análise que tomou como estudo de caso o projeto de urbanização do “Gonzaga”, executado no bairro entre os anos de 2002 e 2006.

condições sociais vivenciadas pelos moradores do "Gonzaga", bem como a estigmatização que estes sofriam em relação ao restante do município de São Carlos:

Na área tudo é precário [...] As condições de habitação são precárias e, em alguns lugares, convivem várias famílias juntas [...] As escolas na área são tidas como ruins, fracas, de acordo com o relato de alguns moradores [...] Na área, vivem principalmente famílias de trabalhadores com baixa qualificação e baixos níveis de escolaridade e, portanto, ou são desempregados ou trabalham em atividades de baixa qualificação, de caráter irregular e com baixa renda. Ali, elas têm um estilo de vida semelhante e as mesmas dificuldades. Tais dificuldades têm origem no orçamento restrito ou nas condições precárias da área, ou no preconceito a que estão submetidas por morarem no Jardim Gonzaga, uma ex-favela que carrega um estigma forte na cidade e nos bairros vizinhos [...] Este estigma de residência se evidencia não apenas na dificuldade em encontrar trabalho mas também nas relações com a segurança policial. Evidencia-se, nessas relações de trabalho e de segurança, a qualificação equivocada da pobreza como categoria perigosa e ameaçadora. Não há nada no sentido de se contrapor a essa situação a não ser algumas iniciativas esparsas de assistência social (Mancuso et al, 2002: ANEXO 6A: 07-08).

Ainda que as péssimas condições socioeconômicas tenham acompanhado toda a tortuosa trajetória de constituição do "Gonzaga" de *favela a bairro de periferia*, desde as primeiras ocupações realizadas em 1976, e que já no ano de 1985 um grupo de trabalho composto por docentes e discentes do Departamento de Engenharia Civil da UFSCAR tenha proposto, sem sucesso, junto à prefeitura municipal, um projeto piloto para urbanização da área (Mancuso et al, 2002: ANEXO 6A: 03), a análise dos estudos e pesquisas realizadas sobre o bairro permitem afirmar que a atuação da Universidade Federal de São Carlos no "Gonzaga" ganha novos contornos a partir da divulgação da pesquisa "*Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar*", realizada no ano de 1994 pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR. Os resultados deste estudo, o qual teve como objetivo dimensionar, localizar e qualificar a pobreza em São Carlos, reconhecendo as áreas de bolsões de pobreza do município, situavam o "Gonzaga" entre os bairros com maiores índices de vulnerabilidade social da cidade, considerando-se as variáveis renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde (Mancuso et al, 1994). Tal contexto acabou por atrair a atenção da própria Universidade para a realização de projetos de pesquisa e de extensão⁹ voltados para populações empobrecidas, sendo no bojo desta mesma conjuntura que se inicia a relação entre a

9 De acordo com Ferreira (2013): "As experiências e iniciativas baseadas nas atuais políticas de extensão universitária apresentam uma concepção ampliada de responsabilidade social da universidade que valoriza lutas das classes sociais e contribui para construção de uma sociedade menos injusta" (p. 34).

INCOOP/UFSCAR, criada em 1999 para fomentar a criação e o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária, e os moradores do "Gonzaga" (Gallo et al, 2000).

A Economia Solidária no “Gonzaga”: da geração de trabalho e renda à promoção do desenvolvimento local do bairro

O ressurgimento das práticas e iniciativas de Economia Solidária no contexto brasileiro é um fenômeno percebido no país desde a década de 1980, estando relacionado com a conjuntura política e econômica mundial advinda da falência do pacto fordista¹⁰, alterada já no decorrer da década de 1970. Deste modo, algumas experiências autogestionárias foram empreendidas já nos anos 1980 como resposta à incipiente crise social provocada pela desindustrialização do país, tal como atesta o surgimento dos Projetos Alternativos Comunitários, projetos associativos de geração de trabalho e renda financiados pela Cáritas Brasileira nas periferias urbanas e no meio rural; a criação, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Sistema Cooperativista dos Assentados, dando origem a diversas Cooperativas de Produção Agropecuária, de Prestação de Serviços e de Crédito; e a recuperação, por parte dos trabalhadores, de empresas falidas ou em processo falimentar, que posteriormente viriam se organizar a partir da constituição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG (Singer, 2002). No entanto, é a partir da década de 1990 que os efeitos da crise do trabalho assalariado oriunda do contexto de reestruturação econômica e flexibilização das relações de trabalho fizeram-se sentir de maneira mais intensa no Brasil, ensejando um movimento de reação dos trabalhadores desempregados em busca de formas alternativas de geração de trabalho e renda e fazendo multiplicarem-se as experiências de trabalho associado sob a forma de cooperativas de trabalho e de produção, experiências estas que posteriormente viriam a serem reconhecidas e identificadas com a Economia Solidária (Leite, 2009; Lima, 2009).

Inaugurada oficialmente no dia 05 de abril de 1999, a Incubadora Regional de

10 Segundo Leite (2011), o pacto fordista faz referência à “[...] grande negociação entre estado, capital e trabalho, que se seguiu à II Guerra Mundial, a qual incluiu, nos países centrais, além do conjunto de direitos associados ao trabalho (como férias, adicional noturno, adicional por insalubridade e décimo terceiro etc.), a assistência previdenciária (aposentadoria, seguro-desemprego, licença saúde etc.), o pleno emprego e o repasse automático do aumento de produtividade aos salários” (p. 29).

Cooperativas Populares da UFSCAR surge com o objetivo de facilitar e fomentar a organização, por parte de grupos sociais historicamente marginalizados e trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, de cooperativas de produção e de serviço pautadas pelos princípios da Economia Solidária, como forma alternativa para a geração de trabalho e renda (Gallo, 2003). Ainda no decorrer do ano de 1998, a INCOOP/UFSCAR inicia suas atividades de incubação junto aos empreendimentos econômicos solidários, a partir do trabalho de sensibilização realizado junto a população dos bairros identificados como bolsões de pobreza do município, tendo em vista a possibilidade de constituição de cooperativas populares em tais localidades.

Dois motivos principais parecem haver pautado a escolha do "Gonzaga" como bairro para a implantação do projeto piloto de formação de cooperativa popular a ser incubada pela UFSCAR: primeiramente, as precárias condições habitacionais e socioeconômicas do local constatadas a partir de pesquisa realizada pela universidade, as quais levaram a ponderação de que o "Gonzaga" figurava como o bairro mais carente entre os carentes do município; em segundo lugar, a articulação de uma liderança comunitária do bairro que já havia entrado em contato com coordenadores dos Núcleos de Extensão Município e Cidadania para convidá-los a participar das reuniões da Associação de Moradores local, o que também parece ter concorrido para facilitar o diálogo entre os moradores do "Gonzaga" e os membros da comunidade acadêmica (Gallo et al, 2000; Gallo, 2003).

De acordo com Ana Rita Gallo (2003), a constituição do primeiro empreendimento no "Gonzaga", a Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização (COOPERLIMP), se deu por meio de um amplo processo de articulação e sensibilização no bairro, a partir da realização de "[...] reuniões abertas a toda comunidade, convidada por meio de divulgação por carro de som, cartazes e as lideranças comunitárias" (p. 131). Por sua vez, a escolha da atividade econômica da primeira cooperativa foi condicionada devido às "[...] cooperadas possuírem mais habilidades e conhecimento sobre essa função econômica, além de terem, ao decidirem pela atividade, realizado cursos específicos sobre limpeza industrial, habilitando-se às exigências do mercado" (p. 132). Ademais, a partir do início do trabalho de incubação realizado pela INCOOP/UFSCAR junto à COOPERLIMP, na virada da década de 1990, e inspiradas na experiência exitosa desta primeira cooperativa, outras quatro cooperativas foram criadas na região do "Gonzaga" a partir dos anos 2000 (Mancuso et

al, 2002; Zanin, 2008a): em 2001, foram criadas a Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos (COOSTURARTE) e a Cooperativa de Trabalho Economia Solidária (atuante no ramo da construção civil, mas que finalizou suas atividades antes mesmo de se formalizar, por falta de acordo com a INCOOP/UFSCAR); em 2003 foi formada a Cooperativa de Coletadores de Materiais Recicláveis do Jardim Gonzaga (COOLETIVA) e, em 2004, a Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos (COOPERCOOK). De acordo com já citado diagnóstico socioeconômico e habitacional realizado por pesquisadores da UFSCAR na região, no ano de 2002, havia uma grande expectativa por parte dos moradores em relação às possibilidades de transformação local oriundas da organização de cooperativas populares:

Atualmente, as lideranças reafirmam a ideia dos empreendimentos solidários, que têm se apresentado como possibilidade de organização da população e de geração de renda (na área já existem duas cooperativas em funcionamento). Estas experiências são citadas pelas lideranças entrevistadas como referência de modelo de geração de renda e de solução para os problemas da área (Mancuso et al, 2002: 65)

Se, durante os oito anos que se passaram desde a fundação da INCOOP/UFSCAR, os processos de incubação eram realizados de modo pontual e disperso e atendiam a demandas tanto no âmbito municipal quanto em outras cidades da região de São Carlos (Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Araras), a partir de 2006 o trabalho realizado pela incubadora passa a enfocar sua atuação em bairros periféricos definidos a partir da existência prévia de empreendimentos econômicos solidários já assessorados por ela, e que também apresentassem potencial para ampliação e consolidação da Economia Solidária como forma preferencial de promoção do *desenvolvimento local*. No caso em questão, o bairro escolhido como foco de atuação da incubadora foi novamente o "Gonzaga", pois ali já se encontravam em funcionamento quatro cooperativas constituídas e assessoradas pela incubadora desde o seu surgimento (Ferreira, 2013). A concepção de desenvolvimento local que pautaria a reflexão acerca das estratégias e ações desempenhadas pela incubadora a partir de então está claramente expressa na formulação teórico-conceitual transposta a seguir e retirada da justificativa do projeto "*Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP*", financiado a partir de 2008 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):

As recentes teorias sobre desenvolvimento local assentam-se no conceito de endogenia considerando que a sociedade e suas relações sociais internas têm fundamental importância no processo de desenvolvimento do território em que está situada. A sociedade, através de suas formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, torna-se o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica em uma região (Zanin, 2009: 08-09).

Já no ano de 2008, a execução das ações previstas no plano de trabalho estabelecido para a primeira fase do referido projeto permitiu à INCOOP/UFSCAR, entre outras coisas, constituir uma equipe de trabalho responsável pela discussão e execução do projeto voltado para implantação, nos bairros do "Gonzaga" e Monte Carlo, de uma gama de empreendimentos econômicos solidários que, articulados por meio de redes de cooperação e com outras políticas públicas setoriais (educação, trabalho e renda, saúde, lazer, habitação, saneamento ambiental etc), pudessem promover de modo endógeno o desenvolvimento territorial daquelas comunidades. A estratégia adotada pela INCOOP/UFSCAR para a criação de novos empreendimentos econômicos solidários era pautada no protagonismo dos sócios das cooperativas em atividade no território, tanto em relação ao processo de levantamento das necessidades e potencialidades da economia local, visando a compreensão das atividades econômicas que poderiam ser contempladas a partir da criação de novas cooperativas populares, como no tocante ao trabalho de sensibilização dos demais moradores visando a adesão livre e esclarecida aos empreendimentos a serem criados (Ferreira, 2013: 53-54).

No bojo da execução deste projeto de desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária, houve o entendimento, por parte da equipe INCOOP/UFSCAR responsável pelo planejamento e desenvolvimento de suas atividades, da necessidade de criação, nos bairros em que ocorria sua atuação, de iniciativas financeiras solidárias¹¹ que pudessem criar e operar mecanismos de integração entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, de modo a garantir simultaneamente a circulação dos bens e serviços internamente oferecidos e a satisfação das necessidades de consumo dos moradores daquela localidade. Desta forma, a partir da criação de uma equipe de assessoramento em finanças solidárias, responsável por estudar, planejar e executar

11 Segundo Fábio João Búrigo (2010): "As finanças solidárias relacionam o trabalho de intermediação financeira a objetivos políticos que estão vinculados à ideia da transformação econômica, da conquista de direitos e da melhoria das condições de vida para os segmentos oprimidos [...] Apesar de ser expressão aglutinadora de atores sociais de diferentes matizes, o que se observa é que a visibilidade e a linha política do movimento das finanças solidárias vêm sendo dadas por segmentos sociais que condenam os rumos do capitalismo contemporâneo" (p. 184-186).

ações relacionadas a tal temática, foram levantadas possibilidades de iniciativas financeiras a serem implementadas no "Gonzaga" de modo a facilitar a articulação e a consolidação dos empreendimentos no bairro (Cortegoso et al, 2009).

No ano de 2008, dez anos após o início do trabalho da INCOOP/UFSCAR no "Gonzaga", se inicia minha trajetória de aproximação junto aos moradores deste bairro, dada justamente no âmbito de minha atuação enquanto coordenador executivo da equipe de Finanças Solidárias desta instituição e no bojo do projeto de pesquisa e extensão desenvolvido por ela. De um relacionamento restrito em seu início aos sócios das cooperativas ali existentes, passei a estabelecer a partir de 2010 uma relação mais próxima com seus moradores de uma forma geral, a partir da realização de um trabalho de articulação política desempenhado de modo bastante intenso no decorrer deste ano, proporcionando o estabelecimento de laços de confiança não só com os integrantes daquela comunidade, mas também com os outros atores sociais que desempenhavam algum tipo de função na localidade – gestores públicos, agentes de saúde, lideranças paroquiais. As situações vividas e descritas a seguir foram por mim experienciadas a partir de meu trabalho no fomento à criação e consolidação de iniciativas econômicas populares no "Gonzaga" e, portanto, dentro de tal perspectiva, estão particularmente relacionadas ao processo de estruturação do banco comunitário no bairro. No bojo destas dinâmicas sociais situadas, pudemos perceber o imbricamento intrínseco existente entre as esferas pública e privada, entre as noções acerca do que é legal ou ilegalmente permitido.

Atores e mediações, disputas e convergências: a natureza multifacetada da ação estatal nas práticas políticas e econômicas do “Gonzaga”

A partir de 2008, quase uma década após a criação da primeira cooperativa de trabalho no "Gonzaga", ao redefinir sua estratégia de intervenção em Economia Solidária neste bairro, tomando a ampliação dos empreendimentos econômicos solidários ali existentes e a criação de uma rede local de produção, comercialização e consumo como forma de desenvolvimento local e endógeno do território, a incubadora da UFSCAR passa a fomentar também a atuação política das cooperativas locais, estimulando-as a se tornarem protagonistas deste processo de expansão e articulação das iniciativas solidárias. Neste contexto, dentre as cooperativas atuantes naquela

localidade, a COOPERLIMP acaba emergindo como ator endógeno central de mobilização comunitária, dada sua capilaridade e seu alto grau de influência no território, decorrente do grande número de postos de trabalho gerados durante o período em que permaneceu atuante na prestação de serviços de limpeza, de 1998 a 2011:

A cooperativa de limpeza iniciou com vinte pessoas – as que conseguiram ter documentos pessoais para atender exigências para criação de cooperativa no Brasil – congregando, após 12 anos de existência, mais de 300 sócios, que ocupam aproximadamente 210 postos de trabalho, conseguidos por meio de participação em editais públicos das quais resultaram dois contratos firmados com a prefeitura municipal da cidade em que está sediada (Cortegoso, 2010: 01).

Durante os dois primeiros anos de atuação da equipe responsável pela análise da viabilidade de constituição de um banco comunitário no "Gonzaga", os membros da diretoria da cooperativa participaram ativamente tanto das reuniões de debate e planejamento das iniciativas de finanças solidárias quanto da organização e realização de atividades afins à temática. No entanto, a partir de 2010, a cooperativa de limpeza passa a enfrentar algumas situações problemáticas em seu funcionamento, o que pouco a pouco foi inviabilizando a continuidade da atuação do empreendimento nas atividades relacionadas ao projeto de desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária proposto pela INCOOP/UFSCAR. Dos principais fatores que levaram a cooperativa a vivenciar uma situação de crise (Cortegoso, 2010), podemos destacar prioritariamente dois: primeiramente, a assinatura, pelo empreendimento, de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o qual impedia a cooperativa a assumir novos postos de trabalho tanto na esfera pública quanto na privada. Os estabelecimentos destes TACs estão sustentados em um acordo firmado no ano de 2003 entre a Procuradoria Geral da União e o Ministério Público do Trabalho (MPT), o qual impede a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de serviço, visto que a constituição deste tipo de cooperativa teria por objetivo o não cumprimento das leis trabalhistas por meio da dissimulação de relações empregatícias. O segundo fator se refere ao alto grau de complexidade e de exigências para o cumprimento dos dois contratos estabelecidos entre a cooperativa e a prefeitura municipal de São Carlos, os quais somados correspondiam a aproximadamente 210 postos de trabalhos. Segundo Ana Lúcia Cortegoso (2010), o “[...] estabelecimento de contratos com as características destes firmados pela cooperativa de limpeza (grande número de postos de trabalho, dispersão dos postos, baixo nível de convivência entre sócios no trabalho etc) e as consequências

das condições intrínsecas a este tipo de relação para o processo de autogestão" (p. 20), trouxeram implicações negativas para a administração dos serviços prestados por parte dos cooperados, considerada tanto no âmbito dos processos internos de gestão da cooperativa como das relações de trabalho estabelecidas entre o empreendimento e seu contratante.

Para além das questões relacionadas às limitações e desafios inerentes ao processo de ampliação e consolidação da autogestão em uma cooperativa popular com mais de 200 sócios, importa-nos sublinhar a interferência de um órgão público estatal em uma iniciativa de trabalho associativo conjuntamente organizada entre os moradores do "Gonzaga" e os docentes, discentes e técnicos da INCOOP/UFSCAR, cuja estratégia de inserção no ramo econômico da prestação de serviços de limpezas de edificações por meio da concorrência de editais públicos (municipais, estaduais e federais), além de proporcionar a consolidação econômica do empreendimento ao longo de seus 12 anos de atuação, também afetou diretamente o interesse das empresas terceirizadoras concorrentes, as quais passaram a perder grandes contratos públicos de prestação de serviços:

Ainda que ocupe importante papel social como agente de controle do cumprimento das leis relativas às relações trabalhistas no país, a atuação do MPT vem sendo equivocada, do ponto de vista da Economia Solidária, no que tange ao tratamento que dá às legítimas iniciativas populares de organização para o trabalho coletivo e associado [...] Em nome da crença de que estão efetivamente contribuindo para a proteção de trabalhadores contra relações precarizadoras no trabalho, e portanto no cumprimento dos objetivos do MPT, representantes deste Ministério atuam: com base em uma visão estrita (e estreitamente) pautada nas relações trabalhistas de padrão-empregado; supondo que este tipo de empreendimento (cooperativas de trabalho) é, por princípio, fraudulento, já que necessariamente subordinado – ou seja, incapaz de gerir seu próprio funcionamento de modo autônomo; com ignorância ou desconsideração do papel que os empreendimentos autogestionários populares têm desempenhado e podem desempenhar para as populações mais precarizadas no país; com desconsideração da particular importância de empreendimentos que requerem pouco mais do que a competência das pessoas de realizarem um trabalho (dado que tais cooperativas, muitas vezes, dispensam um investimento inicial de que os segmentos populares não dispõem, nem em dinheiro e patrimônio, nem como crédito); com alta suscetibilidade à ação dos *lobbys* mantidos por empresas terceirizadoras de mão de obra. Neste contexto, impõem a estas cooperativas, particularmente as que alcançaram sucesso ao concorrer com empresas terceirizadoras de mão de obra (o que em geral significa exploradora de mão de obra), a assinatura de compromissos, na forma de termos de ajustamento de conduta, que estabelecem não uma correção em eventual equívoco na conduta dos envolvidos, mas a extinção destes empreendimentos (Cortegoso et al, 2010: 04-05).

A despeito das diversas formas de enfrentamento frente à tal imposição, acionadas

por parte da COOPERLIMP, da INCOOP/UFSCAR e do movimento de Economia Solidária (Fóruns Municipal e Estadual), e relacionadas à realização de manifestações e audiências públicas, elaboração de dossiês, documentos e abaixo assinados a favor das cooperativas de serviço¹², reuniões com representantes do MPT e articulações com parlamentares dos três níveis federativos de poder, a COOPERLIMP encerrou suas atividades profissionais no início de 2011, com o término do prazo de funcionamento estabelecido pelo MPT, firmado por meio do TAC assinado pelo empreendimento em 2008 (Cortegoso, et al, 2010). Deste modo, a possibilidade de extinção da cooperativa de limpeza, que no decorrer de 2010 já era tida por seus defensores como o cenário mais provável, se concretiza com o final dos contratos de prestação de serviços firmados com a prefeitura e com a impossibilidade de auferir novos postos de trabalho, ensejando a manifestação das condições de fragilidade expostas abaixo:

A condição de fragilidade a que a situação identificada como crise colocava o empreendimento, já é por si só preocupante em função do número de pessoas em situação de risco iminente de perder a ocupação que garante a sobrevivência de um número considerável de famílias no caso de descontinuidade da cooperativa. Sua condição frágil tem uma dimensão ainda maior, considerando o protagonismo esperado e exercido pela cooperativa em um projeto de desenvolvimento territorial com economia solidária em andamento no bairro em que se insere o empreendimento (Cortegoso, 2010: 02).

É, portanto, no bojo do projeto de expansão das iniciativas de Economia Solidária no "Gonzaga" que a COOPERLIMP, principal ator local de articulação e mobilização comunitária visando a consecução de tal objetivo, e cuja experiência inédita e exitosa de geração de trabalho e renda no bairro havia sido tomado como ponto de partida da INCOOP/UFSCAR para formulação da estratégia de ação territorial, deixa de oferecer seus serviços de limpeza de edificações. Tal acontecimento se conjugou a um processo em que foi possível observar uma estreita relação entre o mercado concorrencial das licitações públicas e a *criminalização*, por parte do Estado, *de uma atividade resguardada legalmente* pela Constituição Federal, a saber, o direito ao trabalho associado e cooperativo. Esta relação parece indicar a existência de uma disparidade aguda nas formas e possibilidades de acesso, por parte de agentes econômicos situados

12 O processo de criminalização das cooperativas de serviços no município de São Carlos ainda envolveu o fechamento da COOPERCOOK, empreendimento que também prestava serviços no ramo da alimentação à Prefeitura Municipal de São Carlos, e da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Proteção à Vida e ao Trabalho (COOPVIP), cuja atuação na área de vigilância se restringia ao âmbito privado (Cortegoso et al, 2010).

em diferentes níveis da hierarquia social, às diversas formas de regulações públicas estatais, representadas em nosso caso pela instrumentalização da atuação do MPT na defesa dos direitos coletivos e individuais na área trabalhista em favor da extinção de cooperativas populares de trabalho.

No caso específico da COOPERLIMP, a atuação do MPT foi conflitiva não apenas com a plataforma de reivindicação do movimento de Economia Solidária, a qual postula a utilização do "[...] poder de compra do Estado para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar" (II Conaes, 2010: 32) enquanto estratégia nacional para promoção da comercialização de produtos e serviços dos EES. Segundo Cortegoso et al (2010), ela também entrou "[...] em clara contradição com a criação da SENAES, no primeiro governo Lula, como política de governo" (p. 05), secretaria vinculada ao MTE e responsável pela construção da política pública de fomento à Economia Solidária no âmbito deste e outros ministérios do governo federal.

Além do financiamento do projeto de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento territorial concedido pela FAPESP a partir de 2008, outros aportes de recursos públicos permitiram à incubadora da UFSCAR constituir equipes de trabalho responsáveis pelas diversas intervenções realizadas no "Gonzaga", incluindo aquelas responsáveis pela assessoria técnica à COOPERLIMP e pela implantação de iniciativas de finanças solidárias no bairro. Dentre as ações de fomento à Economia Solidária vinculadas ao governo federal, destacam-se o Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), programa coordenado pela SENAES com o objetivo de promover a "[...] a consolidação e ampliação das incubadoras para que estas colaborem na criação e acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários" (Freitas, 2012:105); e o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) com o objetivo de promover o apoio à atividades de extensão universitária de incubação e fomento à Economia Solidária (Freitas, 2012: 129).

De alguma forma, as contradições inerentes à criminalização de cooperativas populares autênticas (em contraposição às cooperativas de intermediação de mão de obra, controladas por um ou mais proprietários) num contexto de institucionalização¹³

13 De acordo com Valmor Schiochet (2011), "[...] a ideia de tornar 'legal' a política de Economia Solidária por si só também pode ser ingênua. Em si, não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. Ela somente se tornará ação viva caso a Economia Solidária apresente força política para exigir as iniciativas existentes. Esta força depende da força ético-política originária de alianças e compromissos entre a

das políticas públicas de Economia Solidária estão relacionadas, entre outras questões, à consideração de que "[...] o governo Lula é o mais representativo que já teve por trazer a parte oprimida em luta. Porque a outra sempre está. Inevitavelmente sempre está. Você não governa contra a classe dominante, isso não existe. Ou você a esmaga ou ela te esmaga, não dá para fazer diferente"¹⁴. Destarte:

As Políticas Públicas de Economia Solidária surgem como um elemento novo e transformador de uma estrutura consolidada no MTE há mais de 70 anos. No entanto, necessitam avançar na institucionalização das leis que ampliam o direito ao trabalho associado e cooperado. A Economia Solidária se constituiu como uma política marginal dentro do governo Lula. Este, ao mesmo tempo em que colaborou para a consolidação do capitalismo no Brasil, manteve uma política em que também dava voz para os movimentos sociais e “minorias”. Foi um governo que trouxe para seu interior grande parte dos conflitos existentes na nossa sociedade. Assim, segundo Singer, o Estado já governa para a maioria e o diferencial de Lula é que este trouxe uma parte em luta para dentro do governo, como a Economia Solidária. E são nestas contradições e disputas que a Economia Solidária esteve dentro e fora do Estado. Os resultados e limites das ações da SENAES são parte integrante destas contradições (Freitas, 2012: 186).

De outro modo, o encerramento das atividades da COOPERLIMP, além de seu impacto direto no bairro relacionado aos 210 postos de trabalho que deixaram de integrar as fontes de renda de muitas famílias do local, marcou um momento de inflexão nas relações estabelecidas entre algumas equipes de trabalho da incubadora (nas quais estive presente) e os moradores do "Gonzaga", redefinidas a partir da diminuição da atuação da COOPERLIMP nas atividades do projeto de desenvolvimento territorial e da constatação de que as equipes de incubação deveriam estar mais presentes no cotidiano local, a partir de uma articulação mais fina com as experiências vivenciadas no bairro:

A partir dos debates realizados dentro das equipes, avaliamos que deveríamos estar mais presentes no cotidiano das pessoas e, portanto, do bairro, nos colocando à disposição para ouvir e colaborar com elas nas demandas que eram próprias da comunidade, ao invés de apenas marcar reuniões pontuais para discutir tão somente as pautas propostas pela incubadora. Isto provocou uma grande mudança em minha relação com o Jardim Gonzaga, pois a partir desta nova aproximação (realizada não mais apenas via COOPERLIMP) pude quebrar em parte a barreira que se impunha entre eu e os moradores do bairro. Minha primeira atitude visando esta aproximação foi o estabelecimento de diálogo com todos os gestores que atuavam nos equipamentos públicos que atendiam as pessoas do bairro: Unidade de Saúde da Família (USF), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro da Juventude (CJ) e Estação Comunitária (ECO). Fui pessoalmente conversar com os

Economia Solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias [...] e nela está a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de novas bases para o processo de desenvolvimento" (p. 452).

14 Trecho da entrevista do economista Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária, concedida à Freitas (2012: 212).

gestores responsáveis por cada uma das equipes dos equipamentos públicos, demonstrando minha intenção, enquanto coordenador executivo da INCOOP/UFSCAR (e, portanto, não deixei de pautar e discutir sobre as iniciativas de economia solidária que pretendíamos apresentar para as pessoas), de estar mais presente no dia a dia do bairro e de colaborar com o trabalho desenvolvido pelas equipes no que estivesse ao meu alcance. Passei a frequentar sistematicamente as reuniões da USE, com alguma frequência das reuniões do CRAS e da ECO, e sempre conversava informalmente com o pessoal do Centro da Juventude, pois já havíamos estabelecido algumas parcerias desde 2009 (oficinas de horta orgânica e feiras de trocas solidárias). Além de participar de tais espaços, conversei em alguns momentos com pessoas ligadas à Paróquia Madre Cabrine (entidade bastante atuante no bairro desde o início de sua ocupação, em 1977) e também com alguns moradores do Gonzaga para sondar a situação da associação de moradores local (havia encontrado no site da prefeitura municipal uma notícia, datada de 30 de janeiro de 2006, relacionada à fundação da associação de moradores do Jardim Gonzaga e Monte Carlo no âmbito do projeto de urbanização Habitar Brasil). Em síntese, foquei minha inserção a partir do reconhecimento e aproximação das organizações coletivas e já presentes e atuantes no bairro (Notas de Campo).

A conformação da estrutura de equipamentos públicos encontrados em 2010 no "Gonzaga" e em suas intermediações para o atendimento de seus moradores em relação aos seus direitos básicos de cidadania se alterou significativamente a partir de 2001, com as duas gestões de liderança petista exercidas por Newton Lima no governo municipal (2001-2008). Além das creches e escolas de educação básica, fundamental e médio existentes anteriormente na região¹⁵ e dos programas institucionais de assistência social já realizados pelo Centro Comunitário "Maria Bernadete Rossi Ferrari", foram criados, no bojo da execução do Plano Municipal de Assistência Social (São Carlos, 2003) e das intervenções urbanísticas realizadas por meio do Programa HBB, dois novos equipamentos públicos na região: o Centro da Juventude "Elaine Viviani" e a Estação Comunitária do Jardim Gonzaga (ECO).

Localizado no Monte Carlo, bairro adjacente ao "Gonzaga", o Centro da Juventude foi implantado em outubro de 2002, por meio de parceria entre a prefeitura municipal e os Salesianos São Carlos, com o objetivo de promover "[...] atividades esportivas, culturais e educativas [...] de melhoria de qualidade de vida e lazer saudável e de qualificação profissional que valorizem as aptidões dos jovens entre 15 e 22 anos de idade" (São Carlos, 2003:49). No início da segunda gestão Newton Lima, em 2005, tendo sua gestão vinculada à recém criada Secretaria Municipal da Infância e Juventude, tal equipamento público teria sua infraestrutura de atendimento inteiramente reformada,

15 Nos referimos à Creche Municipal "Therezinha Ríscoli Massei", à Escola Municipal de Educação Básica "Janete M. Martinelli Lia" e à Escola Estadual "Dona Aracy Leite Pereira Lopes" (Mancuso et al, 2002).

sendo posteriormente reinaugurado em outubro de 2008 (Zanin, 2008b:24). As parcerias realizadas entre a INCOOP/UFSCAR e a equipe do Centro da Juventude para a realização de Feiras de Trocas Solidárias e de oficinas de formação em plantio orgânico de alimentos foram concretizadas durante este segundo período de funcionamento do equipamento¹⁶.

Mas a principal realização do governo petista no bairro esteve relacionada à implantação do Programa HBB, projeto de urbanização integrada que, por meio da execução de ações de natureza físico-urbanística, ambiental, habitacional, fundiária e social, as quais previam um investimento de aproximadamente seis milhões de reais na região, pretendia assegurar o "[...] acesso aos serviços sociais básicos de infraestrutura urbana e social, à segurança fundiária e a políticas de desenvolvimento social, combinado com o início das ações de recuperação ambiental" (São Carlos, 2003: 22). Como parte das ações previstas a serem desenvolvidas durante o prazo de vigência do financiamento auferido junto ao governo federal:

[...] a implantação de uma “Estação Comunitária (ECO)” no bairro, como apontado anteriormente, foi uma das intervenções mais incisivas de todo o Programa, não apenas no que diz respeito aos aspectos físicos do espaço urbano – uma vez que transforma a única área livre do bairro em um conjunto adensado de equipamentos públicos murados –, ou a seus aspectos simbólicos – relativos ao vivido, às suas formas de produção e apropriação cotidianas –, mas, principalmente, políticos – relativos às suas estruturas de gestão. Se até a chegada do Programa HBB aquele era um espaço livre, público no sentido de que engendrava as disputas entre diversos grupos de moradores por seu uso, o que garantia sua preservação enquanto tal, livre de ocupações, a instalação da ECO, com sua estrutura rígida e burocrática de funcionamento e seus muros e grades, instaura um marco central da presença do poder público no local, enquanto disciplinador daquele espaço (Pulhez; Rosa, 2007: 17).

A ECO do Jardim Gonzaga fora construída numa área conhecida no bairro pelos moradores como "campinho", a qual havia sido historicamente preservada das construções habitacionais tendo em vista a manutenção de um espaço público reservado ao lazer (Campos et al, 2003; Pulhez; Rosa, 2007). A proposta da ECO era congregar programas de inclusão social desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Cidadania e Assistência Social, com a implantação no local de um Centro Comunitário e de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de Saúde, com o início das atividades da Unidade de Saúde da Família (USF) “Dr. Pedro de Almeida”, e de

16 Para um melhor detalhamento do processo de planejamento e implementação das atividades do Centro da Juventude "Elaine Viviani" a partir de 2008, ver Metuia (2008) e Pereira (2012).

Esportes e Lazer, com construção da Praça de Esportes “Gervásio Gonçalves”. Ademais, a concretização do processo de implantação da ECO sob as normativas modelares do Programa HBB, em uma área simbólica e funcionalmente representativa aos moradores do "Gonzaga", terminou por ensejar uma série de disputas e negociações entre eles e os funcionários da prefeitura municipal responsáveis pelo projeto em torno da possibilidade de cogestão deste equipamento público, tornando desde então sua administração por parte do poder público deveras complexa e delicada (Pulhez; Rosa, 2007). Pouco mais de cinco anos após a inauguração da ECO, a partir de meu processo de vivência e atuação profissional no "Gonzaga":

[...] fiquei sabendo, por intermédio de Alessandra, educadora popular da Rede Educação Cidadã (RECID), que a equipe da USF havia convocado uma reunião com parceiros e moradores para discutir as condições precárias em que se encontravam suas instalações e a impossibilidade de trabalhar e de atender a população de maneira digna. Dada minha proximidade com as pessoas da equipe e também do bairro, me senti na obrigação de participar do encontro. Foi então que nos reunimos no dia 31 de março de 2011, em uma sala da USF do Jardim Gonzaga, para discutir as possibilidades de ação para mudar aquela situação incômoda. Segundo relato da chefe da equipe da unidade, eles já haviam encaminhado diversas solicitações à Secretaria de Saúde que não foram consideradas nem respondidas. Deliberamos que iríamos montar um novo dossiê (agora com a participação da população), o qual serviria de base para levarmos a discussão ao conselho municipal de saúde e em último caso à imprensa. Marcamos uma reunião para o dia 04 de abril, segunda-feira seguinte deste primeiro encontro, onde iniciariamos a elaboração do dossiê. Na manhã do dia 04, recebi o telefonema de uma pessoa ligada à Secretaria de Cidadania e Assistência Social me perguntando sobre o que estava se passando no Jardim Gonzaga, pois havia sido publicada em um jornal local uma reportagem de mais de duas páginas sobre as péssimas condições dos equipamentos públicos da região, em que aparecia inclusive uma denúncia feita por um morador de desvio de leite pelos funcionários da USF. Depois do almoço, no horário de nossa reunião, fui recepcionado pelos membros da equipe de saúde, os quais ainda estavam atônitos pelo que havia se passado. Ninguém sabia quem havia chamado a imprensa e, por conta das denúncias feitas pela população em relação ao desvio de leite, apesar da tentativa frustrada de reconciliação, as pessoas da equipe de saúde decidiram sair do processo de mobilização (Notas de Campo).

Algumas questões merecem serem consideradas em relação ao processo de organização política que se inicia com a convocatória realizada pela equipe da USF do "Gonzaga" em direção aos seus parceiros e à população acolhida por seus serviços públicos de saúde, a fim que se discutissem formas alternativas para reivindicação de melhorias da infraestrutura e das condições de atendimento à população daquela unidade de saúde. A primeira delas se refere à falta de manutenção de um equipamento público localizado em um bairro da periferia da cidade, cujo processo de implantação havia exigido do poder público municipal um considerável dispêndio de recursos

políticos e financeiros, segundo consta o trabalho de Pulhez e Rosa (2007) acerca da urbanização do "Gonzaga" proporcionada pelo Programa HBB. A partir das tentativas frustradas empreendidas pela equipe de saúde visando comunicar à Secretaria Municipal de Saúde as deficiências e as melhorias necessárias para continuidade do atendimento, há a tentativa por parte dos agentes da USF de mobilizar a população do bairro para discutir o assunto de modo conjunto, de modo a dar maior vigor às reivindicações, em um movimento que indiretamente torna a suscitar a questão da participação dos moradores na gestão do equipamento público. Neste momento, não se sabe de que maneira, a discussão realizada entre equipe de saúde, alguns moradores e parceiros em uma sala reservada da USF, a qual encaminhou a elaboração conjunta de um dossiê sobre as condições atuais e reivindicações desejadas pela população em relação à toda ECO, vaza à um jornal de circulação local, o qual realiza, no dia seguinte, uma ampla reportagem sobre aquele acontecimento, publicada no início da semana seguinte. Sua repercussão junto ao executivo municipal foi imediata: se antes sua relação com o cotidiano do bairro vinha se dando de modo negligente, a partir de então diversas pessoas ligadas às secretarias municipais responsáveis pela ECO passam a buscar informações acerca da situação do local. Também a publicação da denúncia de desvio de leite que supostamente estava sendo realizado por parte de membros da equipe da USF provocou o final de sua aliança com os moradores envolvidos no processo de reivindicação, cisão que não impediu a continuidade das ações encaminhadas na reunião anterior: ainda que a mobilização inicial tenha se dado através de uma convocação da equipe de profissionais da Unidade de Saúde da Família do bairro, a adesão de alguns representantes da população ao debate político possibilitou a discussão e execução de ações mais dinâmicas e efetivas no seio de tal embate. Tais discussões foram promovidas a partir da realização, na quadra da ECO, de duas assembleias populares, as quais tiveram por objetivo a elaboração de uma lista de reivindicações a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal. Estes encontros, diretamente assumidos pelas mulheres do bairro, contaram com a participação de aproximadamente vinte moradores e moradoras, sendo que os poucos homens que apareceram ficaram apenas ao redor da roda de conversa apenas como expectadores. Surge, no decorrer destas assembleias e do processo de mobilização comunitária gerado a partir delas, a possibilidade de tentativa de retomada da Associação de Moradores do bairro:

Mesmo depois do rompimento ocorrido entre população e equipe USF, continuamos o processo de debate junto com os moradores sobre os problemas e as necessidades sentidas por eles com relação ao próprio bairro. Realizamos ao menos duas assembleias populares para debater e escrever uma lista de reivindicações a serem levadas à Prefeitura Municipal, das quais participaram ao todo mais de 20 moradores. A partir das discussões ocorridas nestas assembleias, surgiu a proposta de que este grupo de mulheres constituísse uma chapa para retomar a associação de moradores. Foi nesse contexto que conheci Irene, liderança popular que emergiria deste processo de mobilização. Dado o recorte de gênero proposto pelas próprias mulheres, os homens interessados não poderiam compor a chapa que reorganizaria a associação; Sandoval ficou bastante chateado de não poder participar daquela articulação e decidiu montar uma outra chapa para concorrer com as mulheres. Começamos, então, a organizar junto com as duas chapas o processo de constituição da associação de moradores do Gonzaga, e marcamos uma série de reuniões para discutir o estatuto social da entidade, o processo eleitoral, a divulgação para a população, etc. (Notas de Campo).

De acordo com Maria Inês Mancuso et al (2002), a despeito de sua desarticulação e situação formalmente irregular, a atuação desta associação representou historicamente a única forma de representação política e coletiva dos moradores do "Gonzaga", sendo entretanto marcada pela existência de "[...] algumas lideranças que foram surgindo ao longo da história do bairro, na maioria dos casos personalistas, e que nunca compuseram lideranças fortes que tivessem capacidade de organizar a população" (p. 65). A possibilidade representada pela constituição de uma chapa composta somente por mulheres visando a rearticulação da associação significava, portanto, um acontecimento novo na organização política local, o qual terminou por estimular a organização de uma outra chapa concorrente. Todavia, a reverberação provocada por toda a movimentação criada em torno deste processo reivindicativo ocorrido no "Gonzaga", implicou na interferência de pessoas ligadas ao poder executivo municipal nas atividades relacionadas com a tentativa de retomada da atuação da associação de moradores do bairro:

Desde a época da reportagem veiculada sobre a ECO num jornal local, já estávamos marcados pela prefeitura (principalmente eu e Alessandra). O processo que se seguiu ao episódio do jornal serviu apenas para aumentar a atenção dos políticos sobre nós, a ponto de algumas pessoas ligadas à prefeitura procurarem certas lideranças do Gonzaga para sugerir que se afastassem da gente e para oferecer cargos comissionados. Coincidência ou não, foi a partir daí que começou a desintegração da chapa composta pelas mulheres, pois em certa reunião da chapa (da qual não participei) foi decidido que a presidente da chapa não seria mais Irene, e sim Ronaldo! Foi um duro golpe em muitas pessoas que compunham a chapa, mas que no momento não quiseram ou não conseguiram argumentar contra a decisão de modo a revertê-la. Chapa das mulheres com presidente homem. Tempos depois, Ronaldo e outra mulher da chapa seriam contratados pela prefeitura para trabalhar na Estação Comunitária, a qual seria parcialmente reformada pouco tempo depois. [...] Continuamos o processo de constituição da associação de moradores com as

reuniões de organização da assembleia de fundação. Tentamos fazer todo este trabalho de maneira imparcial, sem prejudicar ou privilegiar nenhuma das duas chapas. No entanto, o dia da assembleia de fundação, apesar do frio que fazia na cidade, começou bastante quente, com o Sandoval nos acusando de ajudar a chapa das "mulheres" na elaboração de cartazes e panfletos de propaganda da chapa. É claro que neguei tal fato, pois realmente não havia ajudado as meninas em nada; mas depois, ao tentar me informar sobre o assunto, descobri que uma secretaria municipal havia prestado tal ajuda à elas.

[...] No dia seguinte à eleição, às oito horas da manhã, ainda de ressaca do domingo de trabalho, fui acordado por um telefonema do vice-prefeito do município, o qual questionava o resultado das eleições e me pedia a lista de votantes para conferir se todos eram de fato moradores do Jardim Gonzaga, pois caso houvesse alguém que não cumprisse esta condição, a eleição deveria ser embargada. Era publicamente sabido que o vice-prefeito possuía relacionamento afetivo com uma das pessoas que compunha a equipe da USF do Gonzaga, da qual Sandoval fazia parte como agente comunitário de saúde. Desde as denúncias realizadas pelos moradores em relação ao suposto desvio de leite por parte dos funcionários da USF, toda a equipe da unidade de saúde decidiu tomar partido nas eleições da associação, apoiando a chapa articulada por Sandoval (Notas de Campo).

A ingerência do poder público municipal na organização política do "Gonzaga" se deu, nesta nova tentativa de rearticulação da associação de moradores, sob três formas distintas: primeiramente, com o oferecimento à algumas das lideranças do bairro, por parte de pessoas ligadas à administração municipal, de cargos comissionados relativos à estrutura de gestão da ECO, atrelado ao "conselho" de que se afastassem das pessoas que vinham colaborando com a consecução do processo. Utilizando-se da problemática histórica envolvendo a gestão ou cogestão deste equipamento público, e valendo-se do uso de uma "mercadoria política", ou seja, de uma "[...] mercadoria que combina custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico" (Misse, 1997: 23), aqui representada pelos cargos de gestão oferecidos à alguns moradores, o poder público municipal consegue a alteração da composição da chapa inicialmente composta somente por mulheres, alçando à presidência da associação um homem que meses depois seria empregado por este mesmo ator. Tal acontecimento evidencia, conforme aponta Michel Misse (1997), a existência de "[...] um mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor de troca" (p. 21). Em nosso caso, tais recursos políticos parecem ter sido acionados pela prefeitura de São Carlos para disciplinar o movimento político gerado naquele momento histórico pelos moradores do "Gonzaga".

Em segundo lugar, a partir do estreitamento das relações estabelecidas entre a

referida chapa e o governo municipal, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social passa a apoiá-la para elaboração de panfletos e cartazes de divulgação de seu programa de atuação, gerando na chapa concorrente a desconfiança em relação às pessoas que contribuíam e acompanhavam mais de perto o processo de rearticulação da associação. Contraditoriamente, a utilização de recursos públicos para o beneficiamento privado de um ator coletivo específico (no caso, uma das chapas concorrentes) se deu justamente no âmbito da secretaria que propunha "[...] desenvolver propostas comprometidas com a prestação de serviços assistenciais que superem o assistencialismo, o paternalismo e o clientelismo que historicamente tem marcado os trabalhos sociais no Brasil" (São Carlos, 2003: 17). Por fim, indicando ainda de modo mais claro as imbricações existentes entre a esfera público e privada no seio de disputas políticas, o vice prefeito do município busca utilizar sua autoridade política a fim de questionar os resultados finais da eleição, visto que a chapa eleita pelos moradores concorria com os interesses de membros da equipe de saúde, que haviam rompido com o movimento reivindicatório gerador da intenção de retomada da associação e com os quais tal político detinha relacionamento pessoal. O questionamento, por parte das duas chapas concorrentes, do local de moradia das 115 pessoas que participaram com seu voto do processo eleitoral, fez com que a chapa derrotada deslegitimasse o resultado final da eleição e ameaçasse entrar com processo legal caso o processo de formalização avançasse, implicando na desistência coletiva da finalização do processo.

Desta forma, assim como a análise acerca da história de apropriação e produção deste espaço urbano do município e sua constituição enquanto bairro de periferia evidencia "[...] que não se trata efetivamente de um 'território sem Estado', [...] mesmo que as formas de ação por ele adotadas evoquem contradições e perversidades as mais diversas" (Rosa, 2008: 191), a reflexão sobre o processo de fomento à iniciativas de Economia Solidária no "Gonzaga" realizado pela INCOOP/UFSCAR entre os anos de 2008 e 2012, possibilitado por meio de financiamento público específico e experienciado de um modo especial por aquelas equipes que optaram por se envolver mais diretamente com a vida cotidiana do bairro, permitiu igualmente identificar as ambiguidades e contradições inerentes às inúmeras ações estatais ali negligenciadas e efetuadas no período destacado. Conforme vimos, tais ações se deram em direções e sentido diversos, influenciando tanto direta como indiretamente duas importantes formas de organização coletiva local, representadas pela COOPERLIMP e pela

Associação de Moradores, e contribuindo por fim para a descontinuidade das atividades econômicas e políticas por elas desempenhadas.

Algumas considerações sobre a gestão do social no “Gonzaga”: entre o encapsulamento comunitário e o controle das fronteiras

Se aliarmos à análise histórica de constituição do “Gonzaga” enquanto bairro de periferia urbana do município de São Carlos/SP as compreensões formuladas acerca da experiência de estruturação do Banco Comunitário Nascente vivenciada entre os anos de 2008 e 2012, especialmente conjugando-as com as transformações ocorridas nas dinâmicas sociais que perpassam os bairros de periferia no contexto do Brasil contemporâneo, relacionadas com as contradições inerentes ao “[...] novo dualismo, que traduz uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que à integração precária no mercado se sobrepõe o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência à vida social” (Telles, 2001: 91), percebemos a existência de uma complexa gama de relações econômicas, políticas e sociais que conectam de formas múltiplas tais bairros aos circuitos centrais de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos. Não fossem as *fronteiras* que se estabelecem e são acionadas ininterruptamente para “[...] regular os canais de contato existentes entre os grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam” (Feltran, 2011: 15), poderíamos tomar a afirmação da existência destes fluxos que se estabelecem nas relações entre centro e periferia como indo na contramão do processo de “encapsulamento” ou de “retraimento comunitário” proposto por Telles (2001), com o qual a autora identifica o avanço das novas formas de *gestão do social*, conjugação da administração técnica das necessidades sociais com a “[...] neutralização da tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade” (p. 158). Mas não. A gestão de populações pobres envolve necessariamente a existência destes fluxos econômicos, políticos e sociais, pois são justamente eles que criam e viabilizam os mecanismos de controle, subordinação e disciplinarização do cotidiano e das inúmeras formas de ação empenhadas pelos moradores dos bairros de periferia urbana.

Em nosso trabalho, afirmamos que os mecanismos sociais representados pela *violência simbólica* e pela *vulnerabilidade política* (Almeida; D'andrea; De Lucca, 2008) atuaram de maneira articulada desde o início da história do Gonzaga até seus dias atuais, a partir da conjugação entre a condição de pobreza de seus moradores, as representações

sociais estigmatizadas e repercutidas pela opinião pública ao longo das décadas (inicialmente vinculada às precárias condições locais de vida e de higiene e mais recentemente ligada à expansão da criminalidade no bairro), e as formas populistas e clientelistas de manipulação política utilizados recorrentemente pelo Estado, imprimindo sua importância na obtenção ou não obtenção de recursos materiais e simbólicos, nas formas de sociabilidade locais instituídas no bairro, na organização política e coletiva de seus moradores e, por fim, na manutenção das desigualdades sociais. Dois casos especialmente relacionados à experiência de estruturação do Banco Nascente podem ser tomados como bastante ilustrativos das formas de operação destes mecanismos de gestão do social: o processo de encerramento das atividades da COOPERLIMP e a disciplinarização da mobilização dos moradores para reivindicação de melhorias nas condições de funcionamento dos equipamentos públicos existentes no bairro.

No primeiro caso, ao disputar e vencer concorrências econômicas na esfera das compras públicas, a cooperativa de serviços de limpeza do “Gonzaga” conseguiu fugir à lógica de instrumentalização e funcionalização do trabalho típica de contextos de *exploração da exclusão* (Rizek; Georges, 2008), entrando em rota de colisão com os interesses de empresas terceirizadoras de mão-de-obra do mesmo ramo de prestação de serviços, e ocupando um nicho de mercado de grande importância econômica e usualmente ocupado por empresas capitalistas. No segundo acontecimento, a negociação política acerca das condições de funcionamento da ECO do “Gonzaga”, a qual dentro da normalidade estava sendo conduzida de forma negligente e unilateral pelo poder público municipal, termina por se publicizar de forma inesperada após sua veiculação em reportagem de grande destaque em um jornal local, incitando alguns membros da prefeitura a interferirem no processo de reativação da associação de moradores do bairro, desencadeado a partir das primeiras mobilizações populares, e a buscarem uma solução rápida e não conflituosa para o impasse.

Em ambos os exemplos, no momento em que tais ações promoveram uma alteração nas formas convencionais e hierarquicamente condicionadas de circulação de alguns destes fluxos que caracterizam e condicionam as relações entre centro e periferia, alcançando estas atividades políticas e econômicas desempenhadas no âmbito comunitário ao centro das esferas de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos de maior valor social, houve rapidamente um processo de correção de fluxos e recomposição de papéis dos atores sociais nelas envolvidos, a partir da utilização de dois mecanismos

distintos de controle e subordinação: no caso da COOPERLIMP, por meio da atuação do MPT, o Estado acionou seu papel de regulador público da ordem legal e jurídica do regime democrático constitucional, decretando o encerramento das atividades da cooperativa; já no caso da reivindicação popular dos moradores do “Gonzaga”, foi necessário o uso, por parte de pessoas ligadas à administração pública municipal em direção aos participantes da iniciativa, de *mercadorias políticas* (Misse, 1997), utilizadas para que a manifestação fosse em certa medida disciplinarizada e seus conflitos políticos ficassem circunscritos para dentro das fronteiras do próprio bairro. Desta forma, com o término destes dois processos de organização coletiva dos moradores do “Gonzaga”, ambos de fundamental importância para as pretensões de consolidação da atuação do Banco Nascente no bairro (na medida em que representavam instituições sociais já reconhecidas e legitimadas, em suas respectivas áreas de atuação, por parte dos moradores do bairro, e que provavelmente concorreriam para a disseminação local das ações do banco comunitário), novos caminhos tiveram que ser pensados e percorridos até sua inauguração no dia 23 de junho de 2012, ocorrida sem a presença da maior parte dos moradores do “Gonzaga”.

Referências

- II CONAES. *Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária: Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável*. Brasília, 2010.
- ALMEIDA, R.; D’ANDREA, T.; DE LUCCA, D. *Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas*. Novos Estudos CEBRAP (82), novembro 2008. p. 109-130.
- BRANDÃO, C. R. *Saber e ensinar: três estudos de educação popular*. Ruth Joffily Dias (Trad.). Campinas: Papirus, 1984.
- _____. *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Repensando a pesquisa participante*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. *A pesquisa participante: um momento da educação popular*. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.
- BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2010.
- CAMPOS, S. E. A. et al. *O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga - São Carlos*. In: XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer - Lazer e Trabalho: Novos Significados na Sociedade

Contemporânea, 2003, Santo André. Anais... Santo André: 2003.

CORTEGOSO, A. L. *Descrivendo sistemática e sistemicamente situação de crise em cooperativa de serviço como ponto de partida para proposição de ações de assessoria ao empreendimento*. In: 6o. Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS/AUGM, 2010, La Plata. Anais..., 2010.

CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M.; SHIMBO, I.; TAFURI, D. M. *Desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária: o papel das iniciativas financeiras*. In: V Encontro Nacional e III Encontro Latino americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2009, Recife-PE. Anais..., 2009. p. 1-10.

CORTEGOSO, A. L.; OLIVEIRA FILHO, M. A. B. de; MASCIO, C. C.; Moya, R. *Impacto da atuação do Ministério Público do Trabalho sobre cooperativas de serviços e formas de enfrentamento da política de repressão a este tipo de cooperativa no Brasil: o caso de uma cooperativa de serviços de limpeza*. In: 6o. Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS/AUGM, 2010, La Plata. Anais..., 2010.

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, SP: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.

FERREIRA, D. M. *Economia solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial*. A atuação da INCOOP no Jardim Gongaza e entorno, São Carlos, SP. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, M. M. *As políticas públicas de economia solidária no governo federal: (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2012.

GALLO, A. R. *Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção econômica e social*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

GALLO, A. R.; VALÊNCIO; N. F. L. da S.; SHIMBO, I.; DAKUZAKU, R. Y.; EID, F.; MASCIO, C. C. *Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho*. In: Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000, Recife. Anais... Recife, 2000.

GEORGES, I.; RIZEK, C. *A periferia dos direitos*. In: 32 Encontro Nacional da ANPOCS, 2008, Caxambu. GT Trabalho e sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Anais... São Paulo: ANPOCS, 2008. v. 1. p. 2-22.

LIMA, J. C. *Paradoxos do trabalho associado*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, 21(1), junho de 2009. p.113-132.

LEITE, M. de P. *A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 24, n. 69, 2009, p. 31-51.

_____. *O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo*. In: VÉRAS, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2011, p. 29-63.

MANCUSO, M. I. R.; OLIVEIRA, E. de A.; SILVÉRIO, V. R. *Condições de vida em São Carlos: a questão da pobreza. Uma abordagem interdisciplinar*. Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, 1994. Mimeo.

MANCUSO, M. I. R.; OLIVEIRA, E. de A.; LAISNER, R.; GRANJA, R. *Diagnóstico sócio-econômico e habitacional em uma área de intervenção em São Carlos*. Programa Habitar Brasil Bid/ Prefeitura Municipal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, 2002. Mimeo.

METUIA. *Projeto político pedagógico para o centro da juventude da região sul de São Carlos*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MISSE, M. *As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio*. Contemporaneidade e Educação, V. 1, Nº 2, p. 93-116, 1997.

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G. E.; GONCALVES JUNIOR, L.; MONTRONE, A. V. G.; JOLY, I. Z. L. *Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais*. In: 32ª reunião anual da Anped: Sociedade, cultura e educação: novas regulações, 2009, Caxambu. Anais..., Caxambu: 2009. p. 1-17.

PEREIRA, P. E. *“Ai! Tá me tirando?!” O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmo e a questão das drogas*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

PULHEZ, M. M.; ROSA, T. T. *O Modelo entre a Alegoria e a Disputa: Reflexões sobre Práticas Participativas em Programas de Urbanização de Favelas*. Simpósio Latino-Americano: Cidade e Cultura – Dimensões Contemporâneas. Anais... São Carlos, 2007.

ROSA, T. T. *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do "Gonzaga" de favela a bairro de periferia*. Dissertação (mestrado). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

_____. *Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu - MG. Anais... São Paulo, ANPOCS, 2009. SÃO CARLOS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Plano municipal de assistência social 2003-2004*. São Carlos, 2003.

SCHIOCHET, V. *Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios*. In: BENINI, E. et al (org.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de*

economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 443-452.

SCHMIDT, M. L. S. (2006). *Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas*. Psicologia USP, 17(2), 11-41.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELLES, V. da S. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

ZANIN, M. *Projeto de pesquisa em Políticas Públicas - FASE I: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP*. São Carlos-SP, 2008a. Mimeo.

_____. *Relatório de pesquisa em Políticas Públicas - FASE I: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP*. São Carlos-SP, 2008b. Mimeo.

_____. *Projeto de pesquisa em Políticas Públicas - FASE II: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP*. São Carlos-SP, 2009. Mimeo.

Recebido em: 19/09/2014

Aprovado em: 25/11/2014